

ATIVIDADE PESQUEIRA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA ATLÂNTICO-ESTUARINA: VIGIA DE NAZARÉ, PARÁ, BRASIL

*FISHING ACTIVITY AND SPACE PRODUCTION IN THE ATLANTIC-ESTUARINE AMAZON: VIGIA DE
NAZARÉ, PARÁ, BRAZIL*

*ACTIVIDAD PESQUERA Y PRODUCCIÓN ESPACIAL EN LA AMAZONÍA ATLÁNTICO-ESTUARIANO:
VIGIA DE NAZARÉ, PARÁ, BRASIL*

SOMBRA, Daniel

SILVA, Christian Nunes da

FURTADO, Igor Uriel Freitas

GOES, Ana Líria Pereira de

RESUMO

O artigo objetiva analisar a produção do espaço em Vigia de Nazaré a partir das influências da atividade pesqueira na transformação da paisagem. Considera Vigia, uma das cidades mais antigas da Amazônia, espaço privilegiado para tal por ter sido um dos primeiros componentes da rede urbana dendrítica, e ter antecipado várias mudanças econômicas e espaciais na atividade pesqueira, como o advento da pesca industrial nos anos 1970, e a reconfiguração produtiva em síntese de pesca industrial e pesca artesanal dos anos 2000. Há destaque para o Bairro do Arapiranga, que concentra os aparelhos produtivos da pesca. Para tal, fez uso de pesquisa empírica (trabalho de campo, com entrevistas de 50 pescadores e 20 moradores do Bairro de Arapiranga, além de autoridades locais), e uma larga pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados auxiliam na discussão sobre mudanças e permanências nas relações de produção e de trabalho na atividade pesqueira, e sobre uma possível mediação entre as tendências estruturais de êxodo rural e destruição da economia familiar e reconversão da economia familiar no interior do modo de produção capitalista.

Palavras-Chave: Pesca Artesanal. Pesca Industrial. Vigia. Amazônia. Produção do Espaço.

ABSTRACT

The paper aims to analyze the production of space in Vigia de Nazaré from the influence of fishing activity on the transformation of the landscape. It considers Vigia, one of the oldest cities in the Amazon, a privileged space for this because it was one of the first components of the dendritic urban network, and for having anticipated several economic and spatial changes in fishing activity, such as the advent of industrial fishing in the 1970s, and the productive reconfiguration in synthesis of industrial fishing and artisanal fishing in the 2000s. The neighborhood of Arapiranga, which concentrates the productive equipment of fishing, stands out. To this end, it used empirical research (field work, with interviews with 50 fishermen and 20 residents of the neighborhood of Arapiranga, in addition to local authorities), and extensive bibliographical and documental research. The results help in the discussion about changes and permanence in production and work relations in the fishing activity, and about a possible mediation between the structural trends of rural exodus and destruction of the family economy and reconversion of the family economy within the capitalist mode of production.

Keywords: Artisanal Fishing. Industrial Fishing. Vigia. Amazon. Space Production.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar la producción del espacio en Vigía de Nazaré a partir de la influencia de la actividad pesquera en la transformación del paisaje. Considera a Vigía, una de las ciudades más antiguas de la Amazonía, un espacio privilegiado para ello por ser uno de los primeros componentes de la red urbana dendrítica, y por haber anticipado varios cambios económicos y espaciales en la actividad pesquera, como el advenimiento de la pesca industrial en la década de 1970, y la reconfiguración productiva en síntesis de la pesca industrial y la pesca artesanal en la década de 2000. Se destaca el barrio de Arapiranga, que concentra el equipamiento productivo de la pesca. Para ello, utilizó investigación

empírica (trabajo de campo, con entrevistas a 50 pescadores y 20 vecinos del barrio de Arapiranga, además de autoridades locales), y una extensa investigación bibliográfica y documental. Los resultados ayudan en la discusión sobre cambios y permanencia en las relaciones de producción y trabajo en la actividad pesquera, y sobre una posible mediación entre las tendencias estructurales de éxodo rural y destrucción de la economía familiar y reconversión de la economía familiar dentro del modo de producción capitalista.

Palabras Clave: Pesca Artesana. Pesca Industrial. Vigia. Amazonía. Producción espacial.

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva analisar a produção do espaço em Vigia de Nazaré a partir das influências da atividade pesqueira na transformação da paisagem. Este é um município da Amazônia Atlântico-Estuarina no qual a atividade pesqueira é estruturante. A reprodução da pesca como atividade econômica possui importância social e cultural, pois engendra mudanças no sistema de valores e de comportamentos, na identidade local, na estrutura da cidade, nas relações familiares, nos costumes e no modo de vida.

A pesquisa analisa a produção do espaço por uma perspectiva dialética, considerando o trabalho social sua força motriz, tendo a cultura como propriedade emergente dos conflitos e contradições sociais. Essa perspectiva segue o que indicam Marconi e Lakatos (2004, p. 82), para quem, o método “fundamenta-se nas contradições e, procurando as relações das partes formadoras de um todo orgânico, busca a plenitude; ora, a contradição está presente em toda a realidade”.

Para a construção do artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho histórico e geográfico, através de fontes como jornais, livros e documentos que relatam fatos pertinentes à pesca no município de Vigia de Nazaré. Foi também realizada uma análise de campo exploratória e observação direta das feições visíveis e culturais envolvidas na atividade pesqueira, buscando assim relacionar os aspectos da realidade aos aparatos teóricos que serão pesquisados. Foram entrevistados 50 pescadores, e 20 moradores do Bairro de Arapiranga (bairro que passa por uma especialização funcional em torno da atividade pesqueira), além do presidente da Colônia dos Pescadores de Vigia Z-3, e outras autoridades.

AS RELAÇÕES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS DE VIGIA COM A ATIVIDADE PESQUEIRA

O município de Vigia (figura 1) se localiza na zona costeira do estado do Pará, no setor fluviomarítimo da zona costeira do estado do Pará, conforme a regionalização do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (SEMAS-PA, 2020). De acordo com a regionalização oficial do estado do Pará, Vigia se encontra na Região de Integração do Guamá (PARÁ, 2008), e, por fim, pela regionalização do IBGE (2017), Vigia se encontra na Região Imediata de Belém, e na Região Intermediária de Belém (IBGE, 2022). O município de Vigia possui uma área de 533,855 km², sendo estimada uma população de 54.650 pessoas para o ano de 2021. Em relação ao limite municipal, Vigia confronta ao norte e a leste com São Caetano de Odivelas, a extremo leste com Castanhal, ao sul Santo Antônio do Tauá, e a oeste com Colares, pelas águas do Furo da Laura, e com Soure, pelas águas da Baía do Marajó (IBGE, 2023).

Figura 1: Mapa de localização do município de Vigia (PA)



Fonte: Autores (2018).

A atividade pesqueira na Amazônia já era praticada pelas civilizações ameríndias. Houve uma mudança na natureza da atividade, que passou a produzir excedentes em razão da comercialização do produto com a colonização da região (SOARES, 2016). Essa atividade pesqueira sustentou o empreendimento colonial, e garantiu riquezas à metrópole portuguesa e ao capital britânico, credor da coroa lusitana, e legou à Amazônia uma rede de cidades e um conjunto de elites regionais e locais (SOARES, 2016). Já no século XX, passou a ser tratada como “pesca artesanal” no momento de implantação da pesca industrial, devido ao pouco uso de apetrechos tecnológicos que as embarcações de madeira possuíam (FURTADO, 1981). A costa atlântica paraense, e, particularmente, a cidade da Vigia foi uma das que possuiu destaque nessa atividade.

O estado do Pará possui uma forte atuação na atividade pesqueira, embora seja difícil apresentar dados oficiais, em face da desregulamentação dos aparelhos estatais. As últimas estatísticas pesqueiras confiáveis datam de uma década atrás, e apontavam os estados do Pará e Santa Catarina como os maiores produtores pesqueiros nacionais (SOMBRA *et al.*, 2018b; IBAMA, 2007). Além disso, Vigia foi um dos primeiros municípios amazônicos a receber a implantação da pesca industrial, como atestam os trabalhos de Penner (1984), Loureiro (1985), Mello (1985) e Soares (2016). Consequentemente, foi um dos primeiros a testemunhar os conflitos territoriais entre pesca artesanal e pesca industrial. E, assim o sendo, Vigia se torna um município privilegiado para analisar a relação entre atividade pesqueira e produção do espaço, inclusive pela dimensão da paisagem, enquanto materialização de distintos momentos de produção do espaço geográfico (SANTOS, 2012).

Sabe-se que Vigia é uma das cidades mais antigas da Amazônia. Sua fundação remonta ao período de ocupação primeira da foz do rio Amazonas e suas cercanias, após a conquista de São Luís pelos lusitanos (SOARES, 2021). Os detalhes exatos de sua fundação, porém, são controversos. Para Raiol (1970, p. 733), “os índios tupinambás foram os primeiros habitantes, formando uma aldeia a que chamavam Uruitá [...]”. Ainda

segundo Raiol (1970), em virtude de Vigia estar em uma rota de passagem de embarcações, o governo colonial organizou neste ponto uma guarnição destinada a proteger a navegação contra assaltos e contrabandos, determinando que as embarcações costeiras empregadas no comércio entre o Maranhão e o Pará fossem registradas pela guarda, vindo daí o nome “vigia”.

Com a ocupação territorial e algumas políticas que o governo colonial criou, o local de guarda foi efetivado enquanto um núcleo populacional, crescendo mais tarde com as missões religiosas. Houve destaque para a presença dos jesuítas, também responsável pela elevação do núcleo à condição de vila. Com o controle da força de trabalho indígena (BASTOS, 2017), as organizações religiosas comandavam a extração de especiarias (conhecidas como “drogas do Sertão”), com destaque para a pesca. A formação amazônica inicia, assim, como uma rede de fortes militares e igrejas (SOMBRA *et al*, 2018a). Vigia não é distinta, tendo nesse momento seu núcleo urbano traçado a partir do polígono de igrejas, cuja ângulo central é a Igreja Matriz (LUSTOSA, 1976).

Na figura 2, ilustra-se a porta central da Igreja Matriz em que o escrito que é datado do século XX. Os pescadores foram responsáveis pela troca do piso, que antes era de madeira. Além disso, de acordo com Lobo (2011), foi colocado um piso com cerâmicas portuguesas e também alguns escritos que relacionam a pesca (porta central), o comércio local (próximo a imagem de N. S. de Nazaré) e ao povo vigiense (porta esquerda).

Figura 2: Piso da entrada central da Igreja Matriz de Vigia.



Fonte: Autores (2018)

Se para Soares (2016), a pesca é a atividade motriz dessa rede de cidades, para Barros (2009, p. 11), “[...] a pesca foi fundamental para a formação de Colares, São Caetano de Odivelas, Curuçá, Marapanim, Maracanã, Primavera, São João de Pirabas, Salinópolis, Bragança e alguns municípios do Marajó. [...]”. Vigia, porém, conforme comenta o autor, é a principal referência nessa atividade. A tal ponto de o topônimo municipal marcar o nome da principal embarcação pesqueira antes da égide da pesca industrial: as vigilengas (figura 3) (PENNER, 1984; LOUREIRO, 1985; BARROS, 2009; GUALBERTO, 2009; SOARES, 2016; NAZARÉ; CORDEIRO, 2020).

Figura 3: Reprodução em miniatura de uma “vigilenga”.



Fonte: Autores (2018)

De acordo com Barros (2009, p. 11) “as vigilengas foram as primeiras embarcações construídas pelos colonizadores para a pesca”, esses tipos de embarcações eram denominados também de “canoas pesqueiras”. Para Nazaré e Cordeiro (2020, p. 48), “o uso das canoas vigilengas, influenciou um estilo cultural local, pois, foi só depois que as vigilengas deixaram de ser construídas que as embarcações locais começaram a alterar seus formatos, demonstrando que por séculos elas contribuíram na dinâmica social e prática cultural da região”.

Na medida em que a população foi se concentrando nas cidades, a partir da primeira onda de êxodo rural amazônico, com o ciclo da borracha, a importância da pesca, e com ela, das vigilengas aumentou. Vigia, então, tornou-se conhecida como “a terra da gurijuba”. A gurijuba (*Sciades parkeri* Traill, 1832), por sinal, passou a ser tida como “ouro vivo”. Este peixe era beneficiado em benfeitorias ou mesmo nas embarcações e tomou lugar de destaque em outras localidades, intensificando o comércio local e a atividade pesqueira (BARROS, 2009).

Ainda sobre a pesca de gurijuba, Loureiro (1985) descreve que no período de safra a pescaria tornava-se um trabalho familiar:

A pesca de gurijuba (que junto com a tainha constituíam as duas principais espécies comerciais do Salgado e da Vigia), ainda pertencente à categoria da grande pesca, se processava num esquema em que toda a família, mulheres e crianças inclusive, convertia-se temporariamente, no período de safra, numa unidade de trabalho familiar toda ela envolvida na organização da atividade pesqueira (LOUREIRO, 1985, p. 9).

Vigia é consolidada por um longo período na história da pesca pela característica das construções de vigilengas, até meados da década de 1950. A partir da década de 1960, a construção e o uso de vigilengas sofrem um declínio, com a chegada da pesca industrial, impactando em novos modelos de embarcações também na pesca artesanal, desaparecendo, praticamente, nos anos 1990 (GUALBERTO, 2009). Isso afetou as características da pesca artesanal, como um todo. Para Barros (2009, p. 12):

Com o declínio da pesca artesanal em alto-mar e do “chega-e-vira”, tomava vulto a pesca com redes de nylon, que tecnicamente permitia a captura de peixes em maior quantidade. Não demorou para que os pescadores locais fossem despertados para o sucesso da atividade, que neste momento começou a atrair aventureiros. (BARROS, 2009, p. 12).

É necessário ter em mente que antes dessas mudanças, a pesca artesanal era um caso clássico de modo de produção familiar (SHANIN, 2007). De acordo com Siqueira (2009, p. 38):

Bastante praticado em regime familiar, onde o homem, chefe da família, sai para o mar em busca do alimento. Através das práticas do espinhel e currais até de tapagem, sendo uma pesca caracterizada pela confecção dos próprios apetrechos pelo próprio pescador: boias, candeeiros, pigmentação de velas, remos, etc.

Com a chegada da pesca industrial, ocorrem modificações consideráveis na pesca artesanal. Para Siqueira (2009, p. 46-47):

A pesca artesanal, rudimentar e de subsistência existe no município de forma incipiente, que era aquela pesca que o próprio pescador produzia o seu apetrecho e a pequena embarcação era movida pela força eólica. [...] a pesca artesanal de pequeno porte seria realizada por embarcações que suportam até 20 toneladas de pescado [...] já a pesca artesanal de grande porte, que podemos afirmar que existe uma espécie de pesca semi-industrial, com todas as sofisticações da pesca industrial no processo de pesca diferenciando a captura [...].

A pesca industrial instalada a partir do fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 passa a dominar os grandes mares, resultando em um aumento das exportações pesqueiras. Porém, a pesca artesanal persiste sendo a base da alimentação da população, sobretudo da população pobre.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ATIVIDADE PESQUEIRA EM VIGIA-PA

Para Lobo (2007), a mão-de-obra na pesca artesanal é, em sua maior parte, informal, não havendo registros ou assinatura da carteira de trabalho. De acordo com Moreno (2015), a criação do Ministério da Pesca

e da Aquicultura em 2009 acelerou a formalização de uma série de direitos trabalhistas até então não reconhecidos aos pescadores. Esses direitos continuam em vigor, atualmente, porém, a extinção do mesmo ministério em 2017 acarretou em uma nova descontinuidade das políticas pesqueiras (SOARES *et al*, 2019).

A captura de caranguejos e siris, também estimula a economia de Vigia, tendo como foco principal a venda em Belém. A pesca do camarão, por sua vez, movimentava a vida noturna da cidade, ocorrendo a despesca geralmente na alta madrugada, quando a maré está baixa. A pesca do camarão, geralmente, dá-se com dois pescadores arrastando a rede de pulsar na beira da maré (ARAÚJO, 2019).

A pesca de curral, embora reduzida devido à crescente pesca predatória para atender mercados externos, ainda se faz presente em Vigia¹. De acordo com Barros (2009, p. 15), é “uma modalidade de pesca que não requer do pescador uma tenacidade no trabalho e na embarcação”. A captura do peixe ocorre na hora da maré baixa. O curral é um tipo de armadilha usado principalmente nas regiões ribeirinhas e nas praias (ARAÚJO, 2019).

Outro tipo de pescaria típica na pesca artesanal é a pesca do “chega-e-vira”, descrita por Penner (1984) e Loureiro (1985), como uma atividade fundamental para a alimentação da cidade, tendo diminuído de patamar nos anos 2000, conforme Nogueira e Chagas (2011). “Praticada diariamente por canoas de médio porte, à vela, que zarpavam do porto com a maré vazante, preferivelmente a tarde ou à tardinha [...] trabalhavam parte da noite e parte do dia para com a maré enchente aportar novamente” (BARROS, 2009, p. 39).

A atividade pesqueira artesanal do município de Vigia é bastante diversificada também no que concerne às embarcações. As embarcações utilizadas na pesca artesanal são de casco de madeira e variam de 3 a 18 metros de comprimento, enquanto que as utilizadas na pesca industrial são de casco de ferro e medem em média de 20 a 28 metros. Conforme Mourão, Pinheiro e Lucena (2007, p. 49), “os recursos pesqueiros da Região Norte do país são amplamente explorados pela pesca artesanal e industrial, que operam com frotas e apetrechos de pesca altamente diversos”.

Ainda que se considere o que apontam Furtado (1981) e Soares (2016), acerca da origem etnocêntrica do termo “artesanal” para a pesca, atualmente é corrente definir a pesca artesanal a partir das embarcações e da tonelagem. Grosso modo, a pesca artesanal é realizada com barcos com casco de madeira, e capturam até 20 toneladas, enquanto a pesca industrial é realizada com barcos com casco de ferro que capturam acima de 20 toneladas.

Apesar da queda do uso das vigilengas, os estaleiros continuam sendo uma atividade importante para Vigia. Os estaleiros produzem ainda barcos de madeira, mas adaptados ao motor e outras tecnologias. Atualmente, Vigia possui quatro estaleiros. Dois estão localizados no bairro do Arapiranga, um no bairro de Sol Nascente, e outro na vila de Porto Salvo (ARAÚJO, 2019). O maior deles está no bairro de Arapiranga.

De acordo com Sena e Mendes (2019), as principais espécies capturadas em Vigia são: a) Gurijuba (*Sciades parkeri* Traill, 1832); b) Dourada (*Brachyplatystoma flavicans* Castelnau, 1855); c) Pescada Amarela (*Cynoscion acoupa* Lacepède, 1802); d) Bandeirado (*Bagre bagre* Linnaeus, 1766); e) Bagre (*Família Arridae*); f) Corvina (*Família Sciaenidae*); g) Pescada branca (*Cynoscion leiarchus* Cuvier, 1830); h) Piaba (*Família Characidae*); i) Pescada (*Cynoscion spp.*); j) Serra (*Scomberomorus brasiliensis* Collette; Russo; Zavala-Camin, 1978); k) Sarda (*Sarda sarda* Bloch, 1793); l) Peixe pedra (*Genyatremus luteus* Bloch, 1970); m) Tainha (*Mugil spp.*); n) Cangatã (*Aspistor quadriscutis* Valenciennes, 1840); o) Camurim (*Centropomus spp.*); p) Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii* Valenciennes, 1940); q) Uritinga (*Sciades proops* Valenciennes, 1840); r) Cação (*Carcarhinus spp.*). Há outros trabalhos que fazem referências a peixes Bacu (*Platydoras costatus*), Pratiqueira (*Mugil gaimardicus*), pescada gó (*Macrodon ancylodon*), e Pescada Banana (*Nebris microps*) (FARIA *et al*, 2018; SILVA; BATISTA, 2018; ARAÚJO, 2019).

¹Apesar de estar em franca diminuição, não se nota, ainda, mudanças relevantes na forma se fazer a pesca de curral em relação aos demais municípios, relatados pela literatura (SILVA *et al*, 2016; SALES *et al.*, 2018; LIMA *et al*, 2020; SANTOS *et al*, 2020; COSTA; SOARES, 2021). De acordo com Barros (2009), os principais estilos de currais são: o “Coração”, o “Cachimbo” (para a várzea) e o “enfia” (para praia).

Destarte, a produção pesqueira em Vigia resulta de uma diversidade de artes e métodos de captura (tecnologia de pesca), os quais incluem desde um simples anzol, como os de espinhel, até as grandes redes de arrasto de fundo, sendo que a maior parte de artefatos de pesca para a produção pesqueira é utilizada em pescarias de caráter artesanal. Em relação às artes de pesca, em Vigia foram registradas distintas modalidades de pesca, sendo dominantes as redes de emalhar e o espinhel. Sobre estes modos de pesca Santos (2005, p. 71) expõe que:

A pesca de espinhel consiste na utilização de uma linha, normalmente de nylon, com uma série de anzóis dispostos ao longo de sua extensão. A pesca de rede é bastante diversificada, pois, são utilizados vários tipos dependendo da espécie a ser capturada. Assim temos as malhadeiras, que são redes fixas, e as tarrafas que são redes de lance, e dependendo da dimensão das malhas podem ser chamadas de caçoeira, caiqueira ou receber outras denominações dependendo da espécie a ser capturada.

A rede de emalhar captura uma grande diversidade de espécies, e os apetrechos são adaptados, quanto ao material e dimensões, de acordo com a captura da espécie ou grupo alvo. O fornecimento de pescado é garantido para o ano todo, uma vez que se registram safras tanto no “inverno amazônico” como no “verão amazônico”². O tipo do espinhel também é diversificado, variando no comprimento e no tipo de anzol de acordo com a espécie ou grupo alvo, e com a embarcação (ARAÚJO, 2019). Outro aspecto que vale destacar é que ao analisar a paisagem encontra-se uma gama de “consertadores de rede” em frente as casas, fundamentais para remendar as malhas de rede danificadas na pescaria. Eles utilizam de uma agulha específica de remendo, barateando o custo para o proprietário de embarcação.

Como qualquer atividade produtiva, a pesca na Vigia envolve capital constante e capital variável. Grosso modo, o capital constante é dirigido às taxas para licença de operação das embarcações e custos de manutenção (ARAÚJO, 2019). O capital variável compreende os desembolsos apenas durante a pescaria e englobam a aquisição do gelo para a conservação do pescado, combustível, manutenções dos aparelhos de captura, assim como, a alimentação dos pescadores. Impera aqui o regime de parceria – uma relação de trabalho derivada do “aviamento amazônico”, e que, portanto, caracteriza uma atividade em processo de subsunção formal do trabalho ao capital (SOARES, 2016; 2021; SOMBRA *et al*, 2018b).

Em um elo subsequente insere-se o processo de comercialização do pescado, que envolve um complexo circuito espacial da produção (SANTOS, 2008; 2012), desde o desembarque do pescado até chegar ao consumidor final. Dois agentes intermediários se destacam: os marreteiros e os atravessadores. Os marreteiros adquirem pequenas quantidades de pescado e comercializam em imediações e na feira local. Estes também interatuam com os atravessadores, os quais obtêm o produto direto do barco e posteriormente transportam para outros municípios e estados pelo modal rodoviário (SOARES, 2016). As funções de armazenamento são executadas pelo próprio pescador que de modo geral, acondiciona o pescado em recipientes com gelo, e, em menor proporção, efetua a salga de alguns tipos de peixe para posterior consumo ou/e comercialização (ARAÚJO, 2019).

Evidentemente, o cenário é diferente na pesca industrial. Aqui, após a captura e conservação, o produto é submetido a um processamento que envolve a elaboração de cortes, resfriamento e congelamento para comercialização em mercados mais exigentes (centros urbanos regionais e, principalmente, o mercado internacional). A pesca industrial captura principalmente a Piramutaba (FERREIRA, 2012; SOARES, 2016). Este quadro permanece praticamente inalterado desde o início da implantação da pesca industrial em Vigia (PENNER, 1984; LOUREIRO, 1985).

²O inverno amazônico e o verão amazônico dizem respeito às estações do ano equatoriais. Não se tratam, a rigor de estações do ano, como as clássicas, registradas nas áreas temperadas, onde o clima varia em virtude da variação da radiação solar, em virtude da mudança de incidência angular ao longo da translação do planeta Terra em torno do Sol. No caso amazônico, o dito inverno amazônico corresponde à estação mais chuvosa, a qual varia entre novembro/dezembro a abril/maio, de acordo com cada região amazônica. O período do verão amazônico, corresponde ao período menos chuvoso, variando de abril/maio a novembro/dezembro, de acordo com cada região amazônica (FICH; MARENGO; NOBRE, 1998; NOBRE *et al*, 2009; SILVA, 2022;)

A ECOMAR, empresa de pesca industrial estabelecida na cidade de Vigia, no bairro do Arapiranga, desde 1982, beneficia-se pela localização geográfica do município, próximo a grandes estoques de pescado (ARAÚJO, 2019). De acordo com Figueiredo (2017, p. 86):

A capacidade de processamento de pescado pela empresa gira em torno de 50 toneladas ao dia, além da empresa empregar atualmente um total de 489 trabalhadores, ambos distribuídos nas várias etapas do processamento do pescado, mas também outros setores, tais como: os serviços de almoxarife, controle de qualidade, de contabilidade, de manutenção, ambulatório médico etc.

De acordo com Figueiredo (2017) e Araújo (2019), esta indústria possui atualmente uma frota de 13 embarcações de ferro, cuja capacidade média varia entre 35 e 40 toneladas. As embarcações possuem incremento tecnológico como GPS, sondas, aparelhos de radar, guinchos, etc. Em termos gerais, em Vigia continua ocorrendo o processo de “diferenciação social do campesinato”³ identificado por Mello (1985).

De acordo com Goes e Furtado (2019), é possível observar que os pescadores artesanais consideram que a “verdadeira” arte de pescar está em dominar todo o processo de trabalho, reforçando o que foi apontado por Mello (1985) e, depois, Soares (2016), acerca da subsunção real na pesca se manifestar a partir da perda do controle do processo de trabalho, o qual se dá efetivamente na pesca industrial.

Dito isto, embora a pesca industrial tenha enorme poder de reverberação, sobretudo no eixo vertical, quando se passa à construção das horizontalidades espaciais, onde predominam os circuitos curtos e médios de economia, e as relações de solidariedade orgânica, a pesca artesanal ganha muito mais relevância, enquanto produtora de cultura, saberes e espaço (SILVA; MORAES, 2013), aspecto abordado doravante.

ASPECTOS DA TRANSFORMAÇÃO PESQUEIRA NA PAISAGEM

A pesca é um trabalho social, e um conhecimento compartilhado, sendo uma ação com capacidade de moldar, organizar, reorganizar o espaço de distintos modos, e ao fazê-lo, modificando e marcando a própria reprodução social (MORAES, 2007). Neste interim, a pesca artesanal dialoga diretamente com a sociedade vigiense, bem como seus referenciais para a apreensão do espaço.

Vigia tem aumentado sua população urbana, em detrimento da população rural (GOES; FURTADO, 2019). Porém, tal como já ocorreu em Belém⁴, em Vigia, a população migrante engrossa o processo de urbanização desigual e periférica (SANTOS, 2010), mas mantém a reprodução da economia familiar, na forma da pesca artesanal, reproduzindo (com mais ou menos erosão) os saberes da pesca artesanal. A expansão do núcleo urbano se dá, atualmente, principalmente como um vetor a partir da Rodovia PA-140, porém, também há concentração nas margens dos rios engolidos pela cidade, como o Rio Rocinha, e a ampliação do avanço sobre as áreas das planícies fluviais e dos manguezais, como é o caso do Bairro do Arapiranga (GOES; FURTADO, 2019).

Conforme Siqueira (2009, p. 55), “a migração de muitas pessoas ligadas à pesca e atraídas pelo comércio, na Vigia, foi ocupando o espaço do mangue e da maré [...]”. Hoje essas áreas se encontram efetivamente ocupadas e com uma visível desigualdade socioespacial, pois há uma precariedade nos equipamentos de saneamento básico (GOES; FURTADO, 2019).

³Para isso é necessário considerar o pescador como um “camponês das águas”, como propõe Cruz (2005), e compreender o campesinato como uma relação de produção, ou mesmo, um modo de produção (subordinado sempre a outros modos de produção), conforme a perspectiva de Shanin (2007) e Amin (1976). De qualquer modo, isso não nega, como tendência estrutural, vaticinado por Lênin (1982).

⁴Particularmente nos distritos de Icoaraci (LIMA, 2008), Outeiro (SILVA; GONÇALVES, 2011) e Mosqueiro (OLIVEIRA, 2007). Nesse ponto, há sinergias com o que apontam Magalhães, Simões e Soares (2022), sobre os circuitos curtos agroecológicos envolvendo assentamentos no Distrito de Mosqueiro, em Belém, e Granchamp (2019) sobre a questão da agricultura urbana. Considerando a perspectiva de Shanin (2007), e o que Santos (2004) já havia identificado sobre a reprodução do “circuito inferior da economia urbana”, é possível ventilar uma hipótese de que o campesinato (enquanto relação de produção, modo de produção) se reproduz para além do próprio espaço rural, este, convertido cada vez mais em espaço agrário (mineração, monoculturas intensivas, pecuária intensiva), sem sujeitos (HESPANHOL, 2007; MARQUES, 2007; GOMES, 2007; ANDRADE, 2010).

Por outro lado, derivado desse “acúmulo desigual de tempos” (SANTOS, 2012), Vigia desponta como o lugar em que a paisagem pode ser lida como um “palimpsesto” de distintos momentos da atividade pesqueira. O cotidiano do município está atrelado à pesca, com objetos espaciais sendo construídos para homenagear a atividade (figura 4), ou em função dela, conforme se discute adiante. As principais festas religiosas possuem o protagonismo da classe dos pescadores. É o caso não apenas do Círio de Nazaré de Vigia (como ilustra a figura 5), mas também de outras procissões e festividades religiosas.

Figura 4: Praça do Pescador (Vigia-PA).



Fonte: Autores (2018).

Na figura 5, é possível observar como o trabalho dos pescadores foi protagonista na construção da cultura e do patrimônio local. Conforme aponta Cardoso (2020), a atividade pesqueira e a relação cidade-rio constituem o repertório simbólico do patrimônio imaterial cultural de Vigia. A sociedade vigiense se constitui econômica e culturalmente a partir da atividade pesqueira, interligando outros setores. Os artesãos que sempre atuaram na fabricação das redes, as lojas de materiais de pesca, a relação que a população tem com a orla. Este são elementos da construção do cotidiano, o qual se manifesta de forma mais enfática nas festividades religiosas.

Figura 5: Prestação de contas da festividade de N^a Sra. De Nazaré, de 1926.

<i>Relatório da Novena dos Pescadores na festividade de N. S. de Nazareth do corrente anno.</i>	
RECEITA	
Saldo recebido de Manoel Raymundo dos Anjos Siqueira em 1925.	2 609\$800
Contribuições diversas:	
Antonio Jorge dos Reis e tripulação.	225\$000
Raymundo Antonio Siqueira e tripulação.	60\$000
Guilherme Antonio dos Santos e tripulação.	56\$000
João Verissimo da Silva, idem	100\$000
Francisco Solano Cardes).	25\$000
João da Paixão e tripulação.	91\$240
Octavio Ferreira Araujo	--
Francisco Almeida	--

Fonte: Jornal Gazeta da Vigia, Acervo da Sociedade 05 de Agosto, 2018.

Na figura 6, pode-se notar embarcações que homenageiam São Pedro, padroeiro dos pescadores. Trata-se de uma procissão fluvial organizada pela Colônia dos Pescadores de Vigia Z-3. Os próprios pescadores e devotos levam a imagem do Santo até a comunidade dedicada em sua homenagem, próxima ao Rio Tujal.

Figura 6: Procissão fluvial de São Pedro.

Fonte: Autores (2018).

Na figura 7, a imagem de São Pedro está em um barco de pesca. Este acompanha a imagem na procissão fluvial. Símbolos da atividade pesqueira também compõe a decoração do barco. São: redes de pesca, boias, âncora. Este evento movimentava a orla (figura 8), aquecendo o turismo e o comércio.

Figura 7: Imagem utilizada na Procissão de 29 de junho.

Fonte: Autores (2018).

Percebe-se, como indicam Cardoso (2020) e Góes e Furtado (2019), o entrelaço da pesca com a religião, fé, tradição e inovação (incorporadas paulatinamente nas procissões). As transformações pelas quais passou a atividade pesqueira derivam em mudanças na paisagem, a partir dos objetos que foram construídos para beneficiar a produção pesqueira na cidade. Com a utilização de trabalho de campo e aplicação de questionários, pôde-se observar que houve uma expansão da atividade da orla para o bairro do Arapiranga, que passou por um processo de especialização na atividade pesqueira. Esta expansão se materializa, também, em construções de cunho privado em locais próximos às margens dos rios.

Figura 8: Encerramento de uma procissão fluvial no trapiche de Vigia.

Fonte: Autores (2018).

A maior parte das obras realizadas para o beneficiamento pesqueiro são privadas, sendo gerenciadas por algum empresário do ramo⁵. Há construções do Estado, mas não foram erigidas para atender diretamente

⁵Em geral, oriundo do comércio ou do controle da própria pesca artesanal em termos mercantis, ascendendo para uma burguesia comercial, acelerando o processo de "diferenciação social do campesinato", em termos próximos aos descritos por Lênin (1982).

à atividade pesqueira, e sim ao setor do turismo. Observa-se, porém, um choque entre espaço concebido e espaço vivido (LEFEBVRE, 2008), pois os aparelhos foram projetados para o turismo (que tem seu volume concentrado durante o Carnaval de Vigia), mas a orla, de fato, encontra-se deteriorada, entre outros, pelo uso cotidiano da atividade pesqueira⁶, com suas embarcações, os resíduos da atividade, e o uso do espaço para as atividades subsidiárias, como o concerto de redes, entre outros (figura 9).

Na figura 9 é possível verificar a concentração de redes de pesca, que é um instrumento utilizado para a captura de peixes. O seu acúmulo ao largo da orla tem sido tema de debate, já que, em tese, há barracões e outros espaços para fazer a manutenção. A concentração de embarcações é característica marcante. A partir disso, verifica-se que a pesca fomenta o comércio e serviços na orla, em grande parte subsidiários da atividade pesqueira.

Figura 9: Redes de pesca armazenadas na orla de Vigia.



Fonte: Autores (2018).

A paisagem da atividade pesqueira é constituída de elementos naturais e artificiais, pois para a reprodução da atividade, foram construídos objetos funcionais não somente à pesca artesanal, mas, também, à pesca industrial. O caso em Vigia, corrobora com a observação de Silva e Moraes (2013, p. 103), para quem:

[...] na pesca, essa apropriação dos espaços não se dá de forma aleatória, mas sim de acordo com a orientação de fenômenos socioambientais que direcionam as atividades humanas para um determinado fim, seja em busca de recursos naturais, ou pela ocupação e uso sócio-político do espaço para a agregação de valor ao “uso da terra” [...].

O modelo das embarcações na pesca artesanal atualmente é diverso em dimensão e a capacidade de armazenamento que variam entre 600 kg a 120 toneladas de pescado. Algumas com ampla área de pesca, para além da costa paraense, adentrando na costa do Amapá e das Guianas (pescarias também chamadas “do Norte” ou “Barra Fora” ou “de fora”). As vigilengas não se fazem mais presentes, sendo substituídas por embarcações mais aprimoradas. Comumente, as embarcações estão aderindo ao puxador automático de rede (figura 10).

Figura 10: Barcos. Destaque para o guincho automático para puxar redes.



Fonte: Autores (2018).

⁶A problemática em Vigia, nesse caso, possui dimensão similar ao apontado por Costa e Soares (2021) para Bragança.

Destarte, a incorporação de capital constante (e da maquinaria) à atividade pesqueira, que Mello (1985) identificava na pesca industrial, e apontava como tendência o transbordamento para a pesca artesanal, vem ocorrendo, embora não com a velocidade prevista. Sobre esta incorporação, Diegues (2004, p. 85) argumenta que:

[...] a introdução de determinadas tecnologias pode alterar certos aspectos de produção e da vida social de comunidades de pescadores artesanais sem que se modifiquem os elementos fundamentais da pequena produção mercantil. Algumas dessas mudanças são, na verdade, ajustes de caráter ecológico e socioeconômico, mas não alteram o sistema de produção e dominação existentes.

Assim, tal como propõe Diegues (2004), o que se nota nas pescarias em Vigia é que a incorporação tecnológica, por si só, não é capaz de alterar as relações de produção, sobretudo as relações de trabalho, que persistem sendo as relações de aviação. Por outro lado, as previsões de Mello (1985) sobre o progressivo avanço do açambarcamento da pesca artesanal pela pesca industrial descrevem como o processo ocorreu até os anos 1990 em Vigia, mas houve uma profunda modificação nos anos 2000.

Conforme apontam Sombra *et al* (2018b) e Soares *et al* (2019), após a expansão máxima das embarcações industriais, houve uma crise tanto ecológico – diminuição do estoque pesqueiro, obrigando regulações ambientais mais fortes – e econômicas – queda das exportações, com outros fatores além dos ecológicos, influenciando, como a questão cambial entre outros (FERREIRA, 2012) – a qual resultou em uma progressiva saída das indústrias da captura, terceirizando-a para armadores de pesca.

Esses armadores de pesca mesclam novos agentes do circuito pesqueiro, com tradicionais empresários ou intermediários da pesca artesanal. O açambarcamento relativo da produção artesanal pela industrial, nos anos 2000 e 2010, tem se dado menos pela expansão das plataformas de produção, e sim pelos mecanismos de distribuição, com as empresas e empresários adquirindo na produção artesanal o suplemento de sua produção para exportação aos mercados menos exigentes, repetindo na pesca de Vigia o que já foi identificado na pesca, na carcinicultura, na ostreicultura, entre outros, em outros municípios amazônicos costeiros (SOARES, 2016; ROCHA; SOARES; MORAES, 2019).

De qualquer modo, as entrevistas apontam que a pesca artesanal continua sendo a atividade com flexibilidade para absorver a força de trabalho dispensada do circuito formal (ou “superior” da economia) e oriunda do êxodo rural estrutural. Os direitos trabalhistas avançaram, mas para os que trabalham nas atividades subsidiárias, como os “concertadores” das redes (figura 11), é mais difícil comprovar o vínculo com a pesca, junto aos organismos oficiais. Muitos não se dedicam a essa atividade todo o tempo, praticando-a nos momentos de maior demanda, e possuindo a pluriatividade como maior fonte de renda.

Figura 11: Pescadores trabalhando no concerto de redes na orla de Vigia.



Fonte: Autores (2018).

⁷Nesse sentido, em Vigia, encontra-se tendência similar ao que Piraux *et al* (2017; 2019) encontram para os municípios da Região de Integração do Tocantins. Sobretudo, em Barcarena, Abaetetuba e Igarapé-Miri, a pluriatividade torna-se a maior fonte de renda do campesinato (incluindo pescadores), o que parece conformar um padrão de “descampenização” (no sentido de a produção primária deixar de ser a principal fonte de renda familiar) dessa periferia regional imediata da Região Metropolitana de Belém. Segundo os autores, em Tailândia (e região do Alto Moju), a descampenização, quando ocorre, se dá prioritariamente pela conversão em operários rurais, ao passo que em Cameté (e região da margem esquerda do Tocantins), quando se dá, ocorre prioritariamente pelo mecanismo das transferências de renda (bolsas, aposentadoria, auxílios etc).

Na tabela 1, é possível verificar a naturalidade dos pescadores que atuam no município. Cerca de 44% dos pescadores entrevistados são naturais de Vigia, mas há pessoas vindas de outros estados e de municípios que são grandes produtores pesqueiros, como Bragança e Viseu, e também de estados limítrofes, como Amapá e Maranhão.

Tabela 1: Naturalidade dos pescadores.

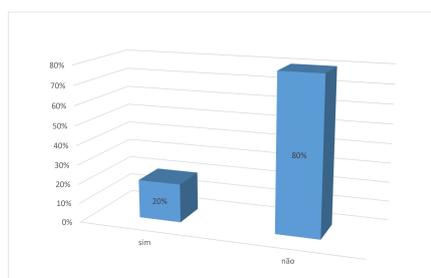
Naturalidade	Qtd.	%
Vigia	7	44
Bragança	3	19
Amapá	1	6
Maracanã	1	6
Maranhão	2	13
Viseu	1	6
Pirabas	1	6
Total	16	100

Fonte: Autores (2018).

São poucos pescadores artesanais que cumprem com as prerrogativas institucionais de filiarem-se à Colônia de Pescadores (Z-3). O cadastro na colônia é determinante para a aquisição de direitos trabalhistas. Esta é uma das mais antigas do Estado, fundada em 27 de maio de 1921.

Porém, conforme no gráfico 01, 80% dos entrevistados não são associados à Colônia dos Pescadores.

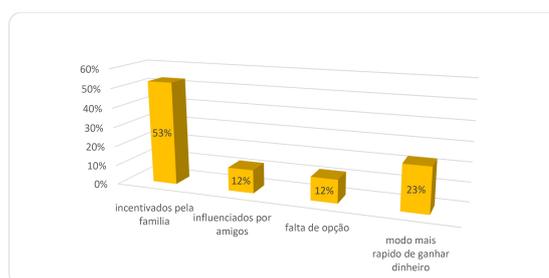
Gráfico 1: Pescadores associados à Colônia dos Pescadores Z-3.



Fonte: Autores (2018)

A arte de ser pescador artesanal presume-se em ter um arcabouço de conhecimentos que é histórico e culturalmente construído através dos tempos, como é constatado no gráfico 2, que 53% dos entrevistados foram inseridos na atividade pesqueira através de incentivo familiar, ou seja, algum parente já atuava na atividade pesqueira.

Gráfico 2: Modo de inserção na atividade pesqueira.



Fonte: Autores (2018).

Percebe-se, pela leitura conjunta dos dois gráficos, que a pesca artesanal continua sendo, fortemente, uma atividade de reprodução da economia familiar, mas que o nível de transformação de classe em si em classe para si não está apurado. Para o então presidente da Colônia dos Pescadores, grandes mudanças ocorreram na paisagem da atividade pesqueira, ocasionando uma poluição visual:

Houve mudanças, mas não mudou para melhor, pois percebemos uma quantidade de redes que consertam na beira da orla, os comércios de madeira que estão sendo implantado de forma desorganizada. Uma grande quantidade de lixo que são jogados na orla, barcos velhos que estão a mais de 30 anos desativados. Causa uma poluição e mal conservação (Ronaldo Favacho, Presidente da Colônia dos Pescadores Z-03, entrevista oral, dez. 2018).

Em termos de valorização do espaço, porém, a orla está bem dimensionada, em função da logística construída. A paisagem costeira em Vigia compreende a área que é de atuação tanto do comércio de modo geral, quanto da pesca artesanal ou industrial. Sendo a paisagem um objeto de mudança, a orla sofre alterações e assim carrega processos históricos que dão formas diferenciadas, volumes, sons e odores que caracterizam o ambiente (SANTOS, 2012).

As diversas mudanças na paisagem se dão de forma gradativa, e os pescadores são agentes transformadores. Porém, muitas vezes, o pescador não consegue notar as mudanças sociais e espaciais que seu trabalho provoca. Nota-se que para os pescadores que o principal espaço modificado por sua atividade foi o mar, e não a orla. Isso em virtude do excesso de embarcações (figuras 12, 13 e 14) e dos novos mecanismos tecnológicos que aceleram a pescaria, e provocam sobrepesca.

Figura 12: Embarcação de pequeno porte, Vigia (PA).



Fonte: Autores (2018).

Figura 13: Embarcação de médio porte, Vigia (PA).



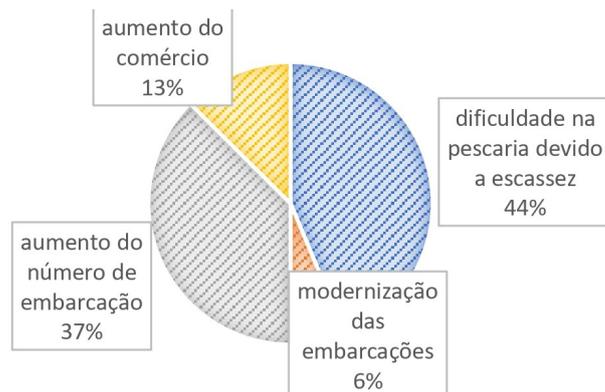
Fonte: Autores (2018).

Figura 14: Embarcação de grande porte, Vigia (PA).



Fonte: Autores (2018).

A partir da leitura do gráfico 3, constata-se que o pescador relaciona a dificuldade na pescaria ao aumento de embarcações, algo que em Vigia é perceptível ao observar a orla, local de grande concentração de barcos de tamanhos variados. Ainda segundo o gráfico 3, constata-se que, para os pescadores, a pesca influencia o comércio local ao longo da orla, lojas específicas para a produção pesqueira e também lojas que atuam de modo geral, como calçados, vestuários, etc. O aumento do número de embarcações é constatado ao decorrer da orla caracterizando a pesca artesanal de pequeno e grande porte.

Gráfico 3: Modificações espaciais provocadas pela atividade pesqueira.

Fonte: Autores (2018).

A paisagem da orla transforma-se cada vez mais em uma paisagem tecnificada, com aspectos urbanos contemporâneos envolvidos em meio a rugosidades (SANTOS, 2011), caracterizando fatores de permanências e transformações advindas da pesca. Porém, seria um erro reduzir essa dimensão à orla, pois, conforme comenta o presidente da Colônia dos Pescadores, "Vigia, sem a pesca, não possui recursos para se manter. Tudo gira em torno da pesca" (Ronaldo Favacho, Presidente da Colônia dos Pescadores Z-03, entrevista oral, dez. 2018).

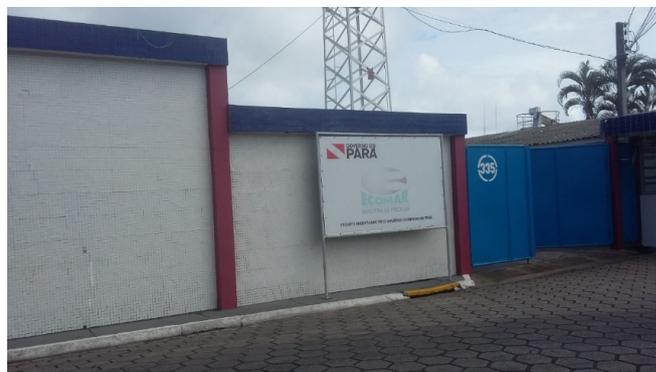
ESPECIALIZAÇÃO PESQUEIRA NO BAIRRO DO ARAPIRANGA, EM VIGIA (PA)

As mudanças que a atividade pesqueira produz na paisagem estão presentes, portanto, em diversos locais de Vigia, mas especificamente em áreas que possuem relações com a pesca. Um bairro que exhibe fortemente esta característica é o Arapiranga que está separado do centro da cidade pelo Rio Rocinha. Segundo Barros (2009, p. 90):

Sem fonte histórica oficial, o bairro do Arapiranga, com solo firme e pequenas elevações, é originário de um pequeno lugarejo, que com o tempo cresceu e se desenvolveu juntamente com o centro da cidade. Com olhar no futuro seus líderes capricharam no alargamento das ruas, tornando-se hoje um bairro atraente.

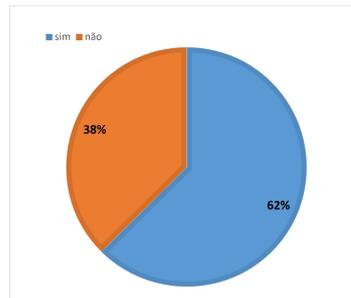
Este bairro contém características únicas em relação à atividade pesqueira, ocupando uma parte extensa da orla do Furo da Laura, estendendo à margem do rio Açaí. As transformações mais intensas ocorreram com a implantação do parque industrial da empresa Ecomar em 1982 (figura 15).

Figura 15: Parque industrial da empresa Ecomar, Bairro do Arapiranga, Vigia (PA).



Fonte: Autores (2018).

A Ecomar possui como principais mercados consumidores os grandes centros nacionais e, sobretudo, o mercado internacional. Uma fatia pequena é destinada ao mercado estadual. Na base deste empreendimento está a tecnificação do processo de produção. A pesca industrial se consolidou fortemente no bairro, e segundo entrevistados é grande geradora de empregos formais, contribuindo assim com a economia local. Isto é comprovado a partir da opinião dos entrevistados como demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4: Interferências da indústria pesqueira no bairro Arapiranga.

Fonte: Autores (2018).

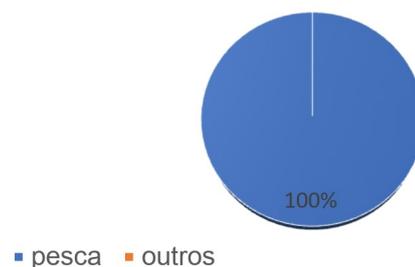
Um aspecto de continuidade em relação aos anos 1980 (PENNER, 1984), e anos 2000 (SENA, 2009), é a preferência pela mão-de-obra feminina para o operariado nas plataformas de beneficiamento, enquanto a masculina é quase exclusiva nas embarcações. Assim, surgiram no bairro famílias que possuem os maridos atuando na pesca artesanal, ou nos armadores de pesca, e as esposas como empregadas formais na pesca industrial.

As diversas atividades que o bairro possui estão voltadas para a produção pesqueira. Além da presença de lojas de redes e de venda e manutenção dos aparelhos técnicos, há empreendimentos subsidiários tanto da pesca artesanal, como da pesca industrial, que se intensificaram a partir dos anos 1980, como é o caso das famosas geleiras (fábricas de gelo) (figura 16).

Figura 16: Fábrica de Gelo Casa do Camarão, Vigia (PA).

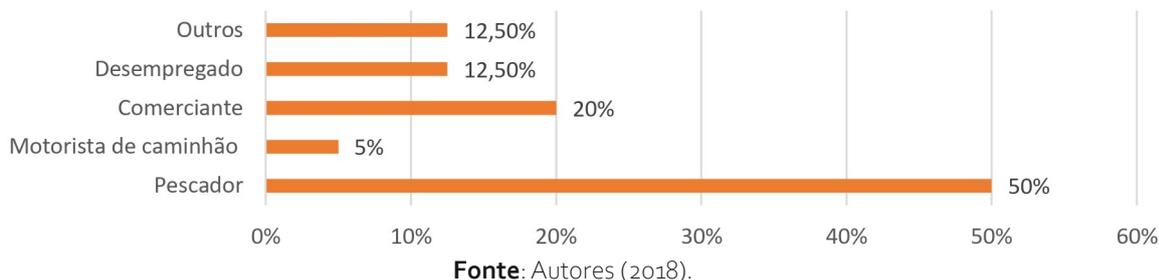
Fonte: Autores (2018).

Para os moradores entrevistados, é unânime a percepção de que a pesca é a atividade econômica mais relevante para o sustento das famílias (gráfico 5). O bairro de Arapiranga está atravessado por fixos e fluxos da pesca artesanal e industrial, coexistindo e provocando uma especialização funcional no lugar.

Gráfico 5: Principal atividade econômico no bairro de Arapiranga (Vigia-PA).

Fonte: Autores (2018).

O gráfico 6 ilustra que 75% dos moradores entrevistados possuem uma profissão diretamente interligada à atividade pesqueira. Os 20% dos que se declaram comerciantes, possuem seus produtos voltados à atividade (comércio de linhas, redes e acessórios para embarcações etc.). Há 5% que têm sua profissão vinculada ao transporte do pescado. No entanto, os 25% restantes da parcela entrevistada apesar de não estarem diretamente ligados à pesca, reconhecem que esta é a principal fonte econômica de atuação no bairro.

Gráfico 6: Profissões dos moradores entrevistados.

Compreende-se que 50% dos entrevistados são pescadores, e segundo estes, a pesca tem fundamental importância para sustento e sobrevivência de suas famílias. Por sua vez é conferido a ela o caráter de principal fonte renda desta população. A realidade do local é expressa pela paisagem, na qual é possível identificar as formas de organizações e informações da sociedade que interage neste determinado bairro. Portanto, a paisagem materializa o cotidiano e o modo de vida das pessoas.

Figura 17: Estabelecimentos comerciais no bairro de Arapiranga (Vigia-PA).**Fonte:** Autores (2018).

O aumento dos estabelecimentos comerciais (figura 17) tem sido uma constante no bairro. Isto se dá com dinamicidade, visto que, há um constante fluxo de embarcações, o que provoca elevada circulação de pessoas, tanto consumidores de pescados, quanto pescadores. O bairro expõe uma paisagem repleta de elementos voltados à pesca, sobretudo o comércio, que é direcionado a venda de instrumentos utilizados diariamente na atividade como, combustível, óleo lubrificante, gelo, entre outros, o que o diferencia dos demais bairros. Doravante, e, por fim, ilustra-se como a atividade pesqueira, não somente no bairro, mas em Vigia, se colmatou em cultura e modo de vida.

CONCLUSÕES

O município de Vigia possui a pesca como um dos mais importantes segmentos econômicos, provocando ajustes no espaço e na paisagem. Por ser um dos primeiros municípios da rede de cidades amazônicas, e também por ter sido um dos primeiros a possuir a pesca industrial, resulta em um lócus diferenciado para atividade pesqueira, no qual a paisagem denota distintos momentos das fases da atividade.

O exercício de analisar as relações entre pesca e produção do espaço no município ilustra como atividade é determinante para a reprodução da população local, ainda que os dados econômicos escassos dificultem uma visão estatística mais ampla. O município de Vigia é particular também em ilustrar como as tendências gerais apontadas pela literatura se materializam. A especialização produtiva notada no bairro do Arapiranga, e as inter-relações entre pesca artesanal e pesca industrial, passada a fase mais aguda do conflito pelas disputas territoriais, ilustram uma fase do processo produtivo em que, em face de limitações no mercado

internacional, à pesca industrial interessa, nesse momento, açambarcar a produção artesanal.

Essa inter-relação abre espaço para outros atores territoriais intermediários, e provoca também uma articulação no mercado de trabalho, sem alterar o fato de que cabe à pesca artesanal, como principal setor da economia familiar (dominada pelo modo de produção capitalista) absorver a força de trabalho excedente.

Porém, isso não esgota as possibilidades teóricas do caso. Contraditoriamente, a pesca artesanal atual em Vigia continua a ser um motor de mudanças socioespaciais, contrastando permanências. A pesca artesanal apresenta incorporações tecnológicas, que não necessariamente modificam as relações de trabalho. Por outro lado, ainda que seja cada vez mais e eminentemente uma atividade urbana (assim como a construção dos estaleiros, o comércio e as demais atividades subsidiárias), permite, de forma contraditória, a reprodução do controle do processo do trabalho, e, assim, de saberes e práticas que outrora seriam classificadas como eminentemente rurais.

Pois se o campo está se esvaziando das “ruralidades tradicionais”, a cidade parece ser o novo lugar do protagonismo camponês, aqui materializado nos pescadores e ribeirinhos urbanos. De qualquer modo, a pesca persiste como sendo, em Vigia, a atividade motriz da produção do espaço, da cultura e do modo de vida local.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Campo-Território**, Uberlândia (MG), v. 5, n. 9, p. 5-16, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT5911992>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- ARAÚJO, A. A. **Saberes culturais na pesca artesanal na Amazônia ribeirinha de Vigia de Nazaré/PA**. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Pará, Belém, 2019. Disponível em: https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/2021/12/alzira_almeida_de_araujo.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.
- BARROS, B. J. **Vigia de Nazaré**: fragmentos de uma história. Belém: Graf Norte, 2009.
- BASTOS, C. A. **No limiar dos impérios**: a fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c. 1780 – c. 1820). São Paulo: Hucitec, 2017.
- CARDOSO, J. M. **Memória e identidade vigienses na sala de aula**: patrimônio e ensino de história na E. E. E. F. M. Santa Rosa – Vigia/PA. 144f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585831/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Jesimar%20Cardoso_Final.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.
- COSTA, F. E. V.; SOARES, D. A. S. Bacia hidrográfica do rio Caeté (Pará/Brasil): cobertura e usos da terra e principais problemas ambientais. In: SILVA, C. N.; ROCHA, G. M.; SILVA, J. M. P.; CARVALHO, A. C. (Org.). **Uso dos recursos naturais na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFGA, 2021, p. 265-299. Disponível em: <https://shre.ink/QwgH>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- CRUZ, M. J. M. Rios e lagos: a apropriação das águas pelos camponeses ribeirinhos na Amazônia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, III., 2005, Presidente Prudente (SP). **Anais [...]**. Presidente Prudente (SP): NERA/UNESP, 2005. p. 1-11. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/publicacoes/sing2005/Trabalhos/Artigos/Manuel%20de%20Jesus%20Masulo%20da%20Cruz.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítimas e pesqueira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.
- FARIA, M. B.; ANJOS, M. K. A.; OLIVEIRA, A. J. T.; RAMOS, P. S.; TAVARES, A. F.; OLIVEIRA, R. A.; GARBOSSA, C. A. P.; DIAS, L. N. S. Avaliação do rendimento de filé de diferentes espécies de peixes de interesse comercial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOTECNIA, 28º., 2018, Goiânia (GO). **Anais [...]**. Goiânia (GO): SBZ/ABZ,

2018. p. 1-6. Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/zootecnia2018/resumos/trab-1064.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FERREIRA, E. N. R. **Análise da competitividade internacional das exportações de pescado do Brasil e do Pará no período de 1989 a 2010**. 137f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

FICH, G.; MARENGO, J. A.; NOBRE, C. A. Uma revisão geral sobre o clima amazônico. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 28, n. 2, p. 101-126, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43921998282126>. Acesso em: 25 dez. 2022.

FIGUEIREDO, H. C. C. **Os circuitos da economia urbana na relação cidade-rio na Amazônia**: estudo da atividade pesqueira em Vigia de Nazaré (PA). Monografia (Licenciatura em Geografia), Universidade do Estado do Pará, Vigia, 2017.

FURTADO, L. G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 79, p. 1-50, 1981. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/699>. Acesso em: 12 dez. 2022.

GOES, A. L. P.; FURTADO, I. U. F. **A produção do espaço em Vigia de Nazaré (PA) a partir da pesca artesanal**: os pescadores do Bairro Arapiranga. 75f. Monografia (Licenciatura em Geografia), Universidade do Estado do Pará, Vigia, 2019.

GOMES, J. R. M. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 39-54. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/geografiaagraria_2007.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

GRANCHAMP, L. A agricultura urbana: abrindo caminho para novas territorialidades. In: SIMÕES, A.; RODRIGUES, E. T.; ROCHA, G. M.; GRANCHAMP, L. (Org.). **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais**. Belém: NUMA/UFGPA, 2019. p. 187-206.

GUALBERTO, A. J. P. **Embarcações, educação e saberes culturais em um estaleiro naval da Amazônia**. 2009, 149f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Pará, Mestrado em Educação, Belém, 2009. Disponível em: https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/03/antonio_jorge_pantoja_gualberto.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 271-288. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/geografiaagraria_2007.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Estatística da pesca 2007 Brasil**: Grandes regiões e unidades da federação. Brasília: IBAMA, 2007. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2007_boletim_07_brasil.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Vigia. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/vigia/panorama>. Acesso em: 12 dez. 2022.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

LIMA, L. M.; SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SOARES, D. A. S. Large hydroelectric projects in the Araguari River Basin: territorialities, impact and resistance of Amapá's fishing (Amazon, Amapá, Brazil). **International Journal of Development Research**, v. 10, n. 08, p. 38681-38689, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.37118/ijdr.19604.08.2020>. Acesso em: 12 dez. 2022.

LIMA, M. G. M. **Mobilidade geográfica como estratégia de sobrevivência de pescadores artesanais na Amazônia**: o caso de Cubatão, em Icoaraci, Pará. 120f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. Disponível em: <https://ppgeo.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2006/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20MARTA%20GORETH.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

LOUREIRO, V. R. Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: MPEG, 1985.

LOBO, R. J. "**Vigialma nossa**": história cultura e turismo. Vigia: Edição do autor, 2007.

LOBO, R. J. **Chão da minha vida**. Vigia: Edição do autor, 2011.

LUSTOSA, A. A. **No estuário amazônico**: à margem da vida pastoral. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MAGALHÃES, T. N. C. B. B.; SIMÕES, A. V.; SOARES, D. A. S. Análise do uso e ocupação do solo no Assentamento Paulo Fonteles no Distrito de Mosqueiro – Belém/PA. **Revista Universidade e Meio Ambiente**, v. 7, n. 1, p. 16-31, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/reumam.v7i1.13577>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 49-78. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MELLO, A. F. **A Pesca sob o capital**: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: EDUFPA, 1985.

MORAES, S. C. **Uma arqueologia dos saberes da pesca**: Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2007.

MORENO, L. T. A luta para pescar: reconhecimento e direito social dos pescadores. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 16, n. 2, p. 16-42, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v16i2.3812>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MOURÃO, K. R.H; PINHEIRO, L. A.; LUCENA, F. Organização social e aspectos técnicos da atividade pesqueira no município de Vigia-PA. **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, São Luís (MA), v. 20, n. 1, p. 39-52, 2007. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/blabohidro/article/view/2030>. Acesso em: 12 dez. 2022.

NAZARÉ, M. L.; CORDEIRO, R. P. M. Canoas vigilengas e a dinâmica da pescaria em Vigia, Pará: saberes e práticas culturais da pesca artesanal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 7, n. 2, p. 34-51, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17648/ihgp.v7i02.167>. Acesso em: 12 dez. 2022.

NOBRE, C.; OBREGÓN, G. O.; MARENGO, J. A. Características do clima amazônico: aspectos principais. **Amazonia and Global Change**, p. 149-162, 2009. Disponível em: https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia_global_change/10_Caracteristicas_Nobre.pdf. Acesso em: 25 dez. 2022.

NOGUEIRA, O. M. O.; CHAGAS, C. A. N. A atividade pesqueira artesanal: organização da produção e dinâmica da circulação do pescado no município de Vigia-Pa. In: PALHETA, J. M.; SILVA, C. N. (Org.). **Pesca e territorialidades**: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira. Belém: GAPTA/UFPA, 2011, p. 87-102. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/134/1/Livro_PescaTerritorialidadesContribuicoes.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

OLIVEIRA, D. M. **A pesca artesanal da frota de Mosqueiro (Belém – Pará) e o uso do ambiente pela dourada (Brachyplatystoma rousseauxii - Castelnau, 1855)**. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal), Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/1717>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PARÁ. **Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008**. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2008. Disponível em: <http://>

www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/decreto_1066_2008.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

PENNER, M. E. S. **A dialética da atividade pesqueira no Nordeste Amazônico**. Belém: EDUFPA, 1984.

PIRAUX, M.; SOARES, D. S.; SIMÕES, A. V. A diversidade socioespacial do território do Baixo Tocantins e impactos na agricultura familiar. In: SIMÕES, A.; BENASSULY, M. (Org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas**. Belém: NUMA/UFPA, 2017, p. 77-114.

PIRAUX, M.; SOARES, D. S.; SIMÕES, A.; TAVARES, F. B. A relação entre diversidade espacial e diversidade da agricultura familiar no Território Baixo Tocantins. In: SIMÕES, A.; RODRIGUES, E. T.; ROCHA, G. M.; GRANCHAMP, L. (Org.). **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais**. Belém: NUMA/UFPA, 2019, p. 43-76.

RAIOL, D. A. **Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**, v. 3. Belém: UFPA, 1970.

ROCHA, G. M.; SOARES, D. A. S.; MORAES, S. C. Dinâmicas territoriais da zona costeira do estado do Pará. **Confins**, São Paulo, v. 42, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.24132>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SALES, K. A. H.; BASTOS, R. Z.; CANTO, O.; SILVA, C. N.; SOMBRA, D. Corral fishing in the Algodão-Maiandea Environmental Protection Area (Maracanã, Brazilian Amazon). **Research, Society and Development**, v. 11, n. 5, p. e42311528329, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28329>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos**. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M. A. S. A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. **Amazônia: ciência e desenvolvimento**, Belém, v.1, n.1, p. 61-81, 2005. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/component/edocman/revista-amazonia-ed-01/viewdocument/5701>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SANTOS, M. C.; CANTO, O.; BASTOS, R. Z.; FENZL, N.; TUPIASSU, L.; SOMBRA, D. Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: o caso da vila do Camará, Reserva Extrativista (RESEX) Marinha Mestre Lucindo, Marapanim – Pará – Amazônia – Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 3, p.15607-15617, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n3-439>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SEMAS. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ. **Gerenciamento costeira do estado do Pará: orientações para o ordenamento territorial**. Belém: SEMAS, 2020. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/SEMAS_Guia-GERCO_compressed.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

SENA, A. L. S. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial: face à metamorfose do capital**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

SENA, C. S. O.; MENDES, V. Q. **Caracterização da pesca e conhecimento de pescadores sobre peixes-boi em Vigia de Nazaré, Pará**. 90f. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas), Universidade Federal Rural da Amazônia, Capitão Poço, 2019. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1597/1/Caracteriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20pesca%20e%20conhecimento%20de%20pescadores%20sobre.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-48. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, A. D. C.; BATISTA, D. V. V. Pesca artesanal vigiense: a vida dos pescadores que dependem do peixe bandeirado (Bagre marinus). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA (CONBEP), XX., 2017, Florianópolis (SC). **Anais** [...]. Florianópolis (SC): ABEAQUI, 2017. p. 1-4. Disponível em: <https://attitudepromo.iweventos.com.br/upload/trabalhos/t1arquivo/Y3Y7KDt7ZUBdwUtyAqhjcjokOmnEo.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, C. N.; MORAES, S. C. Territorialidades pesqueiras e a representação espacial da pesca na Amazônia. In: SILVA, C. N. et al (Org.). **Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense**. Belém: GAPTA/UFGPA, 2013, p. 95-115. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/126/1/Livro_SociedadeEspacoPolíticas.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, C. N.; SILVA, J. M. P.; CHAGAS, C. A. N.; PONTE, F. C. Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19, n. 1, p. 193-214, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v19i1.2484>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, J. M. P.; GONÇALVES, D. T. P. Uso dos recursos pesqueiros e organização social no estuário amazônico: o Distrito do Outeiro. In: PALHETA, J. M.; SILVA, C. N. (Org.). **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**. Belém: GAPTA/UFGPA, 2011, p. 139-152. Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/134/1/Livro_PescaTerritorialidadesContribuicoes.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, Z. L. "**Verão e inverno amazônico**": perspectiva meteorológica e a percepção dos moradores no município de Manaus/AM. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/8747/2/Disserta%3a7%3a30_ZilmarSilva_PPGEOG.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

SIQUEIRA, J. P. **Vigiando a cidade**: um olhar contemporâneo sobre a sociedade e o espaço do município de Vigia. Vigia: Edição do autor, 2009.

SOARES, D. A. S. **Subsunção do trabalho ao capital na atividade pesqueira paraense: elites locais e contraespaços**. 327f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.23175.91044>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOARES, D. A. S. **Produção do espaço, dinâmicas territoriais e vetores técnicos na zona costeira do estado do Pará: uma geografia da subsunção e das exterioridades**: uma geografia das águas. 405f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.10853.12006>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOARES, D. A. S.; LOBATO, M. M.; MORAES, S. C.; MORAES, M. P.; CASTRO, C. J. N.; QUARESMA, M. J. N. Inversão de tendências e coexistências de vetores técnicos na Zona Costeira Paraense: reterritorialização da pesca artesanal no primeiro quartel do século XXI. In: SILVA, C. N.; PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Org.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFGPA, 2019, p. 71-99. Disponível em: <https://shre.ink/Qw9G>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOMBRA, D.; LEITE, A. S.; QUARESMA, M.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N. Crônica espacial de Belém: espaço geográfico e classes sociais. **GeoDiálogos**, Salvador (BA), v. 1, n. 9, p. 15-56, 2018a. Disponível em: <https://shre.ink/Qw9G>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SOMBRA, D.; MOTA, G. S.; LEITE, A. S.; CASTRO, C. J. N. A reterritorialização pesqueira no estado do Pará: reprodução contraditória das relações capitalistas. **Revista de Geografia (Recife)**, Recife (PE), v. 35, n. 2, p. 243-267, 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2018.229293>. Acesso em: 12 dez. 2022.